

Diário do Legislativo de 12/02/2000

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Adatao - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

SUMÁRIO

1 - ORDENS DO DIA

1.1 - Comissões

2 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

3 - CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 24ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria e Comércio, a realizar-se às 15 horas do dia 15/2/00

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 1.023/99, da Deputada Maria Olívia.

Finalidade: apreciar a matéria constante na pauta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 32ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos, a realizar-se às 9h30min do dia 16/2/00

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.004/99, do Deputado Pastor George; 1.010 a 1.017 e 1.020 a 1.022/99, da Comissão de Direitos Humanos.

Finalidade: apreciar a matéria constante na pauta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 629/99

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Relatório

De iniciativa do Deputado Dinis Pinheiro, o projeto de lei em epígrafe visa a declarar de utilidade pública o Instituto Espírita Eurípedes, com sede no Município de Belo Horizonte.

A matéria foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade e apresentou ao projeto a Emenda nº 1.

Cabe, agora, a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Instituto Espírita Eurípedes tem por princípio básico o estudo sistemático da doutrina espírita, codificada por Allan Kardec. Promove, ainda, atividades beneficentes, com fundamento na orientação espírita e cristã. Assim, presta aos necessitados diversos serviços ligados à assistência social, além de possibilitar-lhes o acesso a livros e bibliotecas, para que possam aprofundar-se no conhecimento das doutrinas espirituais.

O reconhecimento da entidade como sendo de utilidade pública fortalecerá as iniciativas que por ela vêm sendo desenvolvidas.

Conclusão

Pelas razões aduzidas, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 629/99 com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 11 de fevereiro de 2000.

José Milton, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 666/99

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Relatório

De autoria do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, a proposição em análise visa declarar de utilidade pública a Escola Esperança e Vida, com sede no Município de Ouro Fino.

Foi a matéria submetida, preliminarmente, à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a esta Comissão, que deverá, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno, deliberar conclusivamente sobre ela.

Fundamentação

A Escola Esperança e Vida, fundada em 1996, é uma sociedade civil de caráter filantrópico, sem fins lucrativos. Tem por finalidade abrigar e dar apoio a crianças e adolescentes.

Em virtude disso, é justo que seja declarada de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 666/99 na forma apresentada originalmente.

Sala das Comissões, 11 de fevereiro de 2000.

Antônio Carlos Andrada, relator.

CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

CORRESPONDÊNCIA

- O Sr. 1º-Secretário despachou, em 10/2/2000, a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Martinho Carmona, Presidente da Assembléia Legislativa do Pará, encaminhando perguntas com o objetivo de realizar estudo sobre o Poder Legislativo nos Estados.

Do Sr. José Augusto Trópia Reis, Secretário da Fazenda, em atenção a requerimento do Deputado Luiz Menezes (informação sobre o valor do ICMS incidente na extração de minérios no Município de Itabira), encaminhando as planilhas com os valores solicitados. (- Anexe-se ao Requerimento nº 693/99.)

Do Sr. Murílio de Avellar Hingel, Secretário da Educação, em atenção a requerimento da Comissão de Educação, informando os valores repassados à Escola Estadual Prof. Manoel do Norte, do Município de Joáima, e que a Superintendência Regional de Ensino de Almenara já foi orientada a respeito da utilização desses recursos. (- Anexe-se ao Requerimento nº 738/99.)

Do Sr. Sávio Souza Cruz, Secretário da Fazenda, em atenção a requerimento do Deputado Agostinho Patrús e outros, encaminhando informação sobre o provimento de cargos comissionados no Estado. (- Anexe-se ao Requerimento nº 527/99.)

Do Sr. Pedro Alcântara, Deputado Estadual, encaminhando cópia da moção de aplausos apresentada na Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, ao Governador desse Estado, pela atitude firme e enérgica de condenar e repudiar a intenção do Ministro da Integração Nacional de colocar sob sua Pasta a gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, hoje sob o controle do Banco do Nordeste. (- À Comissão de Administração Pública.)

Do Sr. Geraldo Thadeu P. dos Santos, Prefeito Municipal de Poços de Caldas, em atenção ao Ofício nº 2.355/99/SGM, encaminhando a relação dos documentos solicitados. (- À Comissão Especial do Fundo SOMMA.)

Do Sr. Leopolino José Ribeiro, Prefeito Municipal de Carai, encaminhando informações sobre as barragens construídas nesse município, em 1999. (- À CPI das Barragens.)

Do Sr. Paulo Augusto Pinto de Mattos, Prefeito Municipal de Contagem, encaminhando cópia do convênio firmado entre os Municípios de Contagem e de Betim, para apreciação da Casa. (- À Comissão de Assuntos Municipais.)

Do Sr. Mário Bulgarelli, Presidente da Câmara Municipal de Marília, encaminhando cópia de moção de repúdio pela má administração e pela destinação que o Conselho Nacional de Seguros Privados tem dado aos recursos provenientes da cobrança do DPVAT. (- À Comissão de Defesa do Consumidor.)

Do Cel. Severo Augusto da Silva Neto, Comandante do 8º CRPM-MG, comunicando que esse Comando está tentando contatar o Sr. Efred José Ramos Pinto, para apurar as denúncias por ele feitas. (- Anexa-se ao Requerimento nº 864/99.)

Do Sr. Homero Ferreira Diniz, Superintendente de Negócios da Caixa Econômica Federal, (2), notificando as liberações de recursos financeiros destinados à COPASA-MG e ao Estado, referentes às parcelas dos contratos que relaciona. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Do Sr. Pedro Lucas Rodrigues e outros, Vereadores à Câmara Municipal de Patos de Minas, solicitando informações sobre a legalidade ou não da participação na emissão de pareceres e votações de comissões permanentes no Poder Legislativo quando algum desses participantes é autor da matéria em análise na Comissão.

Do Sr. Juvelino Neves Oliveira, Vereador à Câmara Municipal de Curvelo, solicitando informações sobre as emendas que foram incluídas no orçamento do Estado em benefício dessa cidade, bem como o envio dos nomes de seus autores.

Da Sra. Cláudia L. e Silva Junqueira, Responsável pela Coordenação de Convênios da Secretaria da Saúde, encaminhando cópia do extrato do primeiro termo aditivo ao Convênio nº 2.041/97 e do extrato do Convênio nº 457/99, celebrados entre o Ministério da Saúde e essa Pasta. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Da Assessoria Econômica da Secretaria da Fazenda, encaminhando exemplar do "Boletim Financeiro e Orçamentário" dessa Pasta. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Do Sr. José de Souza Lacerda, Presidente da Associação dos Servidores da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, solicitando sejam acatadas as normas contidas nas Leis nºs 4.878, de 9/12/65, e 5.350, de 6/11/67, e o ordenamento contido no art. 133 da Lei Orgânica da Polícia Civil, no que diz respeito a ex-policiais que foram processados ou condenados pela Justiça. (- À Comissão de Direitos Humanos.)

Do Sr. Cláudio de Souza, 1º-Secretário do Conselho Regional de Medicina - MG, encaminhando cópia da Deliberação da 3ª Câmara de Julgamento das Sindicâncias, em que foi julgada a Sindicância nº 2.485/99, a que se refere o Ofício nº 147/99/SGM. (- À Comissão de Saúde.)

Do Sr. Denilson Vitor Teixeira, Conciliador da Secretaria do Juizado Especial Criminal da Comarca de Boa Esperança, encaminhando cópia do relatório anual de 1999 das atividades exercidas nos Juizados Especiais Cíveis e Criminais dessa Comarca.

Do Sr. Flávio Augustin, Diretor Comercial da Editora Plenum, solicitando informação sobre a existência de uma compilação atualizada da legislação ambiental estadual e dos atos normativos do SEAM.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

TERMO DE CONTRATO DE DOAÇÃO

Contratante (doadora): Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado (donatário): Sindicato Rural de Santos Dumont. Objeto: doação de bens móveis inservíveis.